

**ATA DA 3.ª SESSÃO ORDINÁRIA (ÚNICA REUNIÃO) DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AMARES, REALIZADA NO DIA DEZASSETE DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZASSEIS**

----- Aos dezassete dias do mês de junho do ano de dois mil e dezasseis, no antigo refeitório do Mosteiro de Santo André de Rendufe, Freguesia de Rendufe, do concelho de Amares, realizou a Assembleia Municipal de Amares a **Terceira Sessão Ordinária** do corrente ano, única reunião, a que presidiu o excelentíssimo senhor Presidente da Mesa - **João Januário Tomás Domingues Veloso de Barros**, coadjuvado pela Primeira Secretária - **Maria Gracinda Viegas Ferreira Louro Faustino** e pela Segunda Secretária - **Sofia Amélia Araújo Pinto**, e em que participaram os excelentíssimos membros: **Grupo Municipal do Partido Socialista:** Francisco António Pereira Alves, Sofia Raquel Fernandes de Sousa, João Batista Veloso, Mário Mendes, Paula Filomena Ferreira da Silva, João Luís Pereira Teixeira, Valéria da Silva, João Carlos Taveira Ribeiro e os srs. Presidentes de Juntas de Freguesia: de Dornelas - Reny Manuel Vilela Xavier (Representante legal), de Bouro (Santa Maria) - Elisabete Barbosa da Cunha e da União das Freguesias de Ferreiros, Prozelo e Besteiros - Paulo Jorge Almeida Gomes; **Grupo Municipal Movimento Independente Amares Primeiro:** João Luís Veloso Alves Esteves, António Jorge Ferreira Pinto, Manuel Moreira Bastos, José Maria Fernandes da Silva e pelos srs. Presidentes de Juntas de Freguesia: da União das Freguesias de Caldelas, Sequeiros e Paranhos - Alexandre da Silva Vieira (Representante legal), de Fiscal - Augusto Fernandes Rodrigues Macedo, de Goães - Adelino José Peixoto de Sousa, de Lago - Delfim Manuel Silva Rodrigues, de Rendufe - Domingos de Almeida Alves e União das Freguesias de Vilela, Seramil e Paredes Secas - Rui Manuel Maia Tomada; **Grupo Municipal do Partido Social Democrata:** Elisabete Maria Martins de Macedo, Maria de Fátima da Costa Teixeira (em regime de substituição) e os srs. **Presidentes de Juntas de Freguesia:** da União das Freguesias de Amares e Figueiredo - Alberto Martinho Antunes, de Bouro (Santa Marta) - Carlos Manuel Vilela Pereira Portela e de Carrazedo - João Manuel Vieira Soares; **Grupo Municipal do CDS-PP:** Rafael Jesus Santos Pereira (em regime de substituição), Vítor Patrício Rodrigues Ribeiro e o sr. Presidente da Junta de Freguesia de Barreiros - Silvério de Jesus Barroso da Silva; **Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária:** Amândio Jorge da Cunha Antunes; **Presidentes de Juntas de Freguesia - Mandatos Independentes:** da Freguesia de Bico - Fernando Daniel Fernandes Soares, Freguesia de Caires - Pedro António Rodrigues da Silva e da União das Freguesias de Torre e Portela - António Emanuel Afonso Ribeiro. -----

O sr. presidente da Mesa da Assembleia, informou que o membro **Martinho Gonçalves Antunes Braga**, integrado no Grupo Municipal do Partido Social Democrata e **João Maria Gonçalves Pereira de Oliveira**, integrado no Grupo Municipal do Partido do Centro Democrático Social - Partido Popular, comunicaram, por escrito, que se faziam substituir pelos eleitos imediatamente a seguir nas respetivas listas, sendo: **Rafael Jesus Santos Pereira** (Lista CDS-PP), no período entre dezasseis de junho e catorze de julho de dezasseis e **Maria de Fátima da Costa Teixeira** (Lista PSD), durante o dia dezassete de junho de dois mil e dezasseis, respetivamente, que haviam sido

devidamente convocados. Seguidamente, comunicou que também os srs. presidentes das Juntas de Freguesia de: Dornelas - **António de Araújo Paredes**, integrado no Grupo Municipal do Partido Socialista (GMPS), da União de Freguesias de Caldelas, Sequeiros e Paranhos – **José Manuel Fernandes de Almeida** (GMIAP) e de Caires – **Pedro António Rodrigues da Silva** (mandato Independente), respetivamente, comunicaram, por escrito, nos termos do disposto na al. c), do artº 18.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que se faziam representar, pelos representantes legais por eles designados, sendo: **Reny Manuel Vilela Xavier** – Tesoureiro da Junta de Freguesia de Dornelas, **Alexandre da Silva Vieira** – Tesoureiro da Junta de Freguesia da união de Freguesias de Caldelas, Sequeiros e Paranhos e **José Luís da Silva Coelho** – Tesoureiro da Junta de Freguesia de Caires, durante o dia dezassete de junho de dois mil e dezasseis, respetivamente, que se encontravam presentes na sala. Tendo-lhes sido verificadas as suas identidades e legitimidades, passaram os mesmos a participar. -----

**AUSÊNCIAS:** Verificado o mapa de presenças e feita a chamada foram registadas as seguintes ausências: **FALTAS JUSTIFICADAS:** membro **José Lopes Gonçalves Barbosa** (GMIAP), que apresentou, por escrito, justificação em conformidade com o Regimento desta Assembleia Municipal. -----

**PRESENCAS DO ÓRGÃO EXECUTIVO:-** Estiveram presentes os excelentíssimos Presidente da Câmara Municipal senhor Manuel da Rocha Moreira, o sr. Vice-Presidente Isidro Gomes de Araújo e os senhores Vereadores: Jorge José Tinoco Ferreira, Sara Raquel Marques Ribeiro Leite, Sandro Miguel de Macedo Peixoto, Cidália Maria Alves de Abreu e Maria Filomena da Silva Araújo. -----

Secretariaram a reunião o Técnico Superior - Rui Agostinho Gonçalves Veloso e a Coordenadora Técnica - Augusta Luísa Pinheiro Fernandes da Silva, que haviam sido designados para o efeito. -

A Ordem do Dia para esta sessão era a seguinte: -----

**PONTO 1 – MOÇÃO: PELA REPOSIÇÃO DAS FREGUESIAS;** -----

**PONTO 2 – PROPOSTA DE CONTRAÇÃO DE FINANCIAMENTO BANCÁRIO – EMPRÉSTIMO DE UM MILHÃO DE EUROS (Deliberação da C.M. de 2016/05/09);** -----

**PONTO 3 – PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, AO ABRIGO DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 116.º E SEQUINTE DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NO ÂMBITO DO REGIME JURÍDICO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS (Deliberação da C.M. de 2016/05/09) --**

**PONTO 4 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS E DE**

GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE AMARES (Deliberação da C.M. de 2016/05/23); -----

**PONTO 5** – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO TARIFÁRIO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE SANEAMENTO E DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE AMARES (Deliberação da C.M. de 2016/06/06); -----

**PONTO 6** – PROPOSTA DE INSCRIÇÃO DE PROJETOS EM PPI (Deliberação da C.M. de 2016/05/23); -----

**PONTO 7** – PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL – QUINTA D'ORNELAS, REQUERIDO EM NOME DE ANDRESSO E CUNHA – ANIMAÇÃO TURÍSTICA, LDA – PROCº OP.CRT – 26/2016 (Deliberação da C.M. de 2016/05/23); -----

**PONTO 8** – PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL REQ: JOSÉ FERREIRA DE ABREU – LOCAL: AV. DO RIO HOMEM, N.º 37 – FISCAL (Deliberação da C.M. de 2016/06/06); -----

Às vinte e uma horas e trinta minutos, verificando-se que estava reunido quórum e em conformidade com o disposto nos n.ºs 1 e 4, do artigo 13.º do Regimento desta Assembleia, o senhor presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a Sessão. -----

----- **ATAS DA 2.ª SESSÃO ORDINÁRIA e 1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2016:**- Tendo sido previamente distribuídos a todos os elementos da Assembleia Municipal os textos das atas indicadas em epígrafe, foi dispensada as suas leituras de harmonia com o disposto no artº 57.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. E, não havendo retificações a fazer, o sr. Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação as atas da 2.ª sessão Ordinária e 1.ª Sessão Extraordinária de 2016, tendo sido aprovadas por unanimidade. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal agradeceu à Junta de Freguesia de Rendufe na pessoa do Sr. Presidente da Junta, Sr. Domingos Alves, que os recebia pela segunda vez de uma forma exemplar e tal como já havia dito da última vez, nota-se o seu carinho especial em receber esta Assembleia Municipal. E daí o merecimento do agradecimento público. Tornou o agradecimento extensivo à Associação dos Amigos do Mosteiro de Rendufe por também ter possibilitado esta Assembleia. Seguidamente e em jeito de protocolo, deu a palavra ao Presidente da Assembleia de Freguesia de Rendufe.-----

----- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE RENDUFE:**- Nessa qualidade, manifestou o grande prazer em receber esta Assembleia Municipal neste nosso Mosteiro. Era de louvar que a Mesa da Assembleia tenha aceite o convite do Sr. Presidente da Junta de Freguesia no âmbito da famigerada descentralização também ao nível da realização das sessões da Assembleia Municipal. Alertou e convidou os presentes à análise do grande problema que têm no Mosteiro, pois já se encontra em profunda degradação, por forma a sensibilizar o Executivo e todos os membros da Assembleia Municipal a caminharem todos no sentido de tentarem

encontrar soluções para este património da Freguesia de Rendufe, mas que também é pertença do Município de Amares e do país. Entende que se não forem tomadas medidas urgentes assistirão ao desmoronamento do resto que ainda está em pé no Mosteiro de Santo André de Rendufe. Sabe que estão a ser tomadas iniciativas por parte do Município em concordância com a Junta de Freguesia e com a grande participação da Associação dos Amigos do Mosteiro de Rendufe. Assim, justificava o agradecimento que dirigiu na qualidade de Presidente da Assembleia de Freguesia. Terminou a sua intervenção dando as boas vindas e fazendo votos de uma boa sessão num espaço magnífico do Mosteiro. -----

----- **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE RENDUFE:**- Agradeceu ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal por, mais uma vez, ter aceite o convite para a realização da presente Sessão da Assembleia Municipal no maravilhoso Mosteiro de Santo André de Rendufe. É um mosteiro que diz muito aos Rendufenses, pois faz parte das suas vidas e é um símbolo da sua identidade. Sabem que fora submetida uma candidatura que engloba vários monumentos e que já foi aprovada, mas desconhecem o que foi candidatado para este mosteiro em concreto. Nesse sentido, perguntou ao Sr. Presidente da Câmara Municipal se dispõe dessa informação. Referiu que a degradação daquele edifício era bem visível. O desagrado da Freguesia correspondente às obras não se relaciona com os últimos anos, mas com o passado. Agora, com esta candidatura, outros edifícios que no passado tiveram intervenções continuam a beneficiar tal como este ou talvez ainda mais. Assim, perguntou se tal resultava do facto deste conjunto monumental não se encontrar junto a uma Estrada Nacional ou porque não está numa grande Vila. É possível que estejam esquecidos no tempo só porque está numa Terra de pouca passagem e em que muitos não sabem onde fica! Assim, enfatizou que estava situado numa grande Freguesia. Entende que é tempo para pensar e refletir. Pediam a todos os presentes para colaborarem com aquela Autarquia, pois aquele conjunto monumental é de todos e prestigia as terras de Amares. Terminou a intervenção agradecendo a presença de todos. -----

----- **VOTO DE PESAR:** O membro Vítor Patrício Rodrigues Ribeiro leu em voz alta as propostas de voto de pesar apresentado à Mesa pelo Grupo Municipal do CDS-PP: “Em nome de todos os Grupos Municipais com representação nesta Assembleia expresse publicamente as condolências à família de Belmira Araújo Gomes a quem solicitamos que se possa reservar um minuto de silêncio da nossa Ordem de trabalhos, homenageando desta forma simbólica e dedicação que prestou no mandato de mil novecentos e noventa e quatro nesta Assembleia e desde sempre às Instituições deste Concelho. De igual modo e atendendo a que a dinâmica de uma Autarquia se deve acima de tudo aos seus colaboradores que diariamente emprestam a sua dedicação e em prol do Concelho. Quando um destes parte o Município fica certamente mais pobre. É justo que nós aqui representados, que somos meros passageiros destas funções, saibamos valorizar e reconhecer o esforço de todos os colaboradores deste Município. Por isso entendemos também que este minuto de silêncio se possa estender em memória de Avelino Silva que partiu aqui desta casa. Recomendamos, assim, Sr. Presidente que possamos fazer um minuto de silêncio

em memória destes dois amarenses.” Submetido ao Plenário e sob sua aprovação, ao momento juntaram-se todos os presentes na sala. -----

#### PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

----- **ANÁLISE À ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE AMARES** (al. c), do n.º 2, do artº 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

----- **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE AMARES E FIGUEIREDO:-** Voltando a referir-se às acessibilidades e das dificuldades que Amares têm em chegar à auto-estrada, recordou que já havia sugerido que a Câmara Municipal fizesse algum *lobbie* dentro da CIM-Cávado e, em conjunto com Terras de Bouro e Póvoa de Lanhoso, forçarem a ligação até à Ponte do Porto. Reiterou a evocou das razões, nomeadamente a ampliação da zona industrial para a Freguesia de Figueiredo. Recentemente tiveram a instalação de novas unidades fabris e, neste momento, estão a preparar uma outra unidade fabril que começará a laborar na Freguesia. Porém, o mais importante que tudo isso é o tempo que levam a chegar à auto-estrada. As empresas do Concelho demoram muito tempo a atravessar Braga, pois, por vezes, se já de carro demoram mais de meia hora, imagine-se uma viatura pesada de mercadorias. Assim, perguntou ao Sr. Presidente da Câmara qual o ponto de situação desta questão e se foi feita alguma *démarche* ou se foi feito esse *lobbie*. Perguntou ainda se Amares tem lutado para que se consiga criar a ligação à Ponte do Porto conforme previsto, pois o Nova Arcada já está em funcionamento e esse era um dos pontos que poderia alavancar e justificar essa necessidade da referida ligação. -

----- **FRANCISCO ANTÓNIO PEREIRA ALVES:-** Começou por corroborar as palavras sentidas, porque há muito tempo que todos esperam que aquele Mosteiro tivesse efetivamente um olhar que lhe permita sobressair no meio rural em que está inserido. Recordando palavras do Sr. Presidente da Junta de Freguesia, salientou que era precisamente nos meios rurais que se instalavam os Monges e era aí que eles começavam o desenvolvimento que hoje não estão a valorizar. Agora terão de passar das palavras às ações. É preciso insistir as vezes que forem necessárias para que alguma coisa se faça e comece aqui a gerar um desenvolvimento económico. Só assim é que podem atrair mais alguma coisa. Realçando a belíssima igreja do Mosteiro, acham que muitos edifícios são restaurados e que alguns, de facto, continuam a ter verbas depois da intervenção fundamental. Porém, o mosteiro de Rendufe nem sequer essa intervenção fundamental teve. É à Câmara Municipal que pedem que agilize e que faça tudo o que esteja ao seu alcance para que este cenário se modifique. Seguidamente transcreve-se na íntegra o texto que serviu de base à continuidade da sua intervenção: “O PS entende que a ação desportiva é fundamental. Por isso defende uma política de apoio ao desporto local, reconhecendo-o como elemento determinante para o desenvolvimento das sociedades, isto é, a emergência de um desporto ao serviço de todos. O acesso da população jovem, adulta e idosa à prática organizada das atividades físicas e de lazer ativo, adaptado às suas necessidades e limitações, é um dos fatores com evidência potencial para, numa abordagem preventiva, reduzir os encargos com despesas de

saúde, ao mesmo tempo que promove o bem-estar das populações, principalmente no âmbito da educação, da saúde, da cultura, da integração social, não sendo de somenos importância a transmissão de valores como o respeito, a superação, a excelência, a solidariedade e a não discriminação. Por isso, apraz-nos, hoje e aqui, felicitar a equipa do Gira Vólei do Agrupamento de Escolas de Amares pela conquista de títulos naquela modalidade. Mencionamos, concretamente, as duplas Cristóvão Guerra/Samuel Silva, em 13/15 nível I, e Carlos Soares/José Soares, em 13/15 anos nível II, do Agrupamento de Escolas de Amares, que conseguiram o primeiro lugar naquela modalidade, ao competirem no Campeonato Regional de Gira vólei, organizado pela Associação de Voleibol de Braga, na Vila de Celorico de Basto. Felicitamos, também, a segunda edição da ‘Amares Urbanfit’ – uma prova urbana de resistência física que combina a corrida com a ultrapassagem de obstáculos naturais e outros propositadamente criados para o efeito, num percurso de doze quilómetros, visitando lugares diferentes localidades concelhias, como a o Monte da Senhora da Paz, o Campo do Futebol Clube de Amares e a Praça do Comércio, em Ferreiros, local de início e final da prova. Esta modalidade desportiva trouxe a Amares atletas de vários pontos do país, dando, assim, notoriedade ao nosso concelho, pelo que ficamos muito gratos à organização do evento, aos vencedores e a todos os participantes nesta segunda edição da AmaresUrbanFit, nas Festas Concelhias. Com a mesma satisfação, felicitamos a ESAROBOTS pelo facto de ter conseguido mais uma vitória desta equipa da Escola Secundária de Amares, ao sagrar-se campeã nacional na categoria RoboCupJunior - onStage (15-19 years old), no Festival Nacional de Robótica 2016, que decorreu, no Instituto Politécnico de Bragança. Trata-se de um resultado excelente que a Escola Pública de Amares, tem desenvolvido, na área formativa, com a responsabilidade da ESAROBOTS, sempre com grande empenho dos alunos e professores, como, também desta vez se prova, revelando o sucesso alcançado na formação e nos resultados conseguidos pelos nossos jovens estudantes. Num outro setor importantíssimo para a economia concelhia, destacamos a importante conquista das medalhas de prata e honra, pelos vinhos brancos de Amares “Socalcos do Bouro”, colheita de 2015, na terceira edição da Vinho Verde Fest Braga 2016, uma organização da investBraga com o apoio da Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes, da Associação Comercial de Braga e da Caixa de Crédito Agrícola. Os membros da bancada Partido Socialista congratulam-se e felicitam a forma como decorreram as Festas D’Amares, em Honra de Santo António, destacando o trabalho da Associação de Festas Antoninas de Amares que, na parte que lhes tocou, mais uma vez, de uma forma criteriosa, abnegada e exaustiva, deu todo o seu melhor para que o povo de Amares e forasteiros ficassem satisfeitos, depois de repletarem os nossos lugares, ruas e praças! Obrigado, por isso à Associação de Festas D’Amares, na pessoa do seu Presidente, Rui Fernandes, e à Junta de Freguesia de Ferreiros, Prozelo e Besteiros, na pessoa do Presidente Paulo Gomes, bem como a todos os funcionários das autarquias, Junta e Câmara Municipal, pelo trabalho de apoio atenciosamente efetuado. Ficam, no entanto, duas notas: a primeira sobre o Cortejo Histórico e Etnográfico, que, este ano, suprimiu a parte histórica da vida de Santo António e, comparativamente ao ano de 2015, não primou pela qualidade a que nós e o público fomos habituados. Lembramos que esta

atividade cultural foi sempre um trabalho da tutela do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal que pensava o tema do cortejo; convidava as instituições; sugeria as representações de acordo com o tema e as características particulares dos interessados em participar; acompanhava, disponibilizando-se para a materialização de cada representação alegórica e, por fim, providenciava a ordem das instituições participantes e a organização criteriosa e equilibrada do Cortejo Histórico e Etnográfico. A segunda prende-se com as marchas. As marchas recebem um apoio que a Associação de Festas disponibiliza para todas as participações. Cada uma das marchas angariará, se necessário, na sociedade, o montante de que ainda precisa para as suas pretensões. Até aqui tudo correto. No entanto, uma das marchas participantes referiu, na sua apresentação, um agradecimento sublinhado à Câmara Municipal pelo apoio logístico que recebera. Ora, se este apoio logístico se traduziu em apoio à produção de material necessário à marcha, custou, naturalmente, dinheiro. Suponhamos que assim foi. Estaremos, então, numa comparticipação económica velada que discriminou as outras marchas. Nesse caso, nas próximas festividades, outras marchas poderão solicitar esse mesmo tipo de comparticipação que, sem dúvida, reduz despesas às marchas que se propuserem desfilar, na noite de Santo António. Pretendemos que o Senhor Presidente da Câmara nos esclareça este assunto a bem da respeitabilidade e da transparência de procedimentos que, à partida, não havendo qualquer explicação, se nos afiguram com a etiqueta de um tratamento dissemelhante.” -----

----- **SOFIA RAQUEL FERNANDES DE SOUSA:-** Referiu que, no passado mês de maio, foram distribuídos aos trabalhadores municipais vestuário de trabalho e equipamento de proteção individual. Nesse mesmo dia foi feita a inauguração de um balneário para que os trabalhadores dos serviços externos possam trocar de roupa e tomar banho, se assim o entenderem, no final do serviço. Estão a falar de pessoas que trabalham todos os dias muitas vezes ao sol e à chuva a cuidar dos jardins públicos e da água de abastecimento público entre outras tarefas. Segundo consta na Comunicação Social, os srs. Vereadores do Movimento Independente terão produzido um comunicado onde referem, a determinada altura, citou: “distribuem-se fardamentos em atos deprimentes ficcionando-se um ambiente são e justo.” Disse ficar na dúvida, pois para si este é um assunto demasiado sério. Os atos deprimentes referem-se ao facto de, ao longo dos anos, nunca ter a Câmara Municipal de Amares entendido fornecer aos seus colaboradores equipamentos de segurança básicos recomendados e obrigatórios por lei. Enfatizou que é deprimente a análise dos números dos acidentes de trabalho em Portugal por ausência de equipamentos de segurança. Lembrou que todos os meses morrem pessoas por esta situação ou atos deprimentes. São as interpretações dos autores que ficam então naturalmente na consciência de quem os pratica. No mesmo comunicado vêm os srs. Vereadores referir-se à colocação de, citou: “Câmaras de vigilância no edifício municipal para vigiar diariamente os funcionários.” Referiu que isto até teria piada se, mais uma vez, não fosse um assunto tão grave e tão sério. Mas por ser e porque até é público, sabe-se que ao longo dos anos tem-se detetado sistematicamente o furto de gasóleo no parque de viaturas do Município. Estão a falar de cento e cinquenta litros numa noite, por exemplo, com valores globais que podem rondar os cinco mil litros neste

mandato. As câmaras foram colocadas não para vigiar os trabalhadores municipais, mas para vigiar eventualmente alguém que faz estes furtos. ~~~~~

~~~~~ **SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:**- Salientou que as respostas às questões sobre o Mosteiro de Santo André de Rendufe seriam dadas pelos Sr. Vice-Presidente que tem acompanhado mais de perto o processo. Seguidamente, referindo-se à questão das acessibilidades e sendo sabido que a Variante do Fôjo é uma grande aposta sua, a par do anterior Executivo., disse que desencadeou o processo e já falou com o Presidente da Câmara Municipal de Braga. Assim, foi informado que essa variante nunca esteve nos planos da Câmara Municipal de Braga. O que foi aprovado na Assembleia Municipal de Braga foi a Variante do Cávado com ligação ao Nova Arcada e à Ponte do Porto. É nesse sentido que estão a fazer pressão conjuntamente com o Presidente da Câmara Municipal de Póvoa de Lanhoso. Recorda que a aprovação na Assembleia Municipal já foi um passo importante. Agora é a questão do processo desencadear-se e vão fazer pressão, pois há vontade do Presidente da Câmara Municipal de Braga em ajudar Amares. É reconhecido que só é exequível através de uma candidatura e que o Portugal 2020 não está para aí muito virado. Aproveitou para informar que nas instalações da ex-Intipor, S.A. vai abrir uma nova fábrica de alumínio para exportação. Já se encontra em obras e num espaço de dois meses começará a laborar. Em relação à referida variante poderá argumentar com o necessário acesso ao parque industrial e é por aí que o farão. ~~~~~

~~~~~ **SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:**- Esclareceu que o Mosteiro de Santo André de Rendufe não é património do Município, pois é património da Direção Geral da Cultura. Quer isto dizer que a candidatura destes Mosteiros não é feita pela Câmara. É negociada com a Câmara mas não é feita pela Autarquia, ao contrário do que pode acontecer, por exemplo, em Santa Maria de Bouro, pois é um património municipal/paroquial/local. Acontece que o Mosteiro de Rendufe foi candidatado num lote da Direção Regional da Cultura do Norte à recuperação dos Mosteiros Beneditinos do Norte. São vários como é sabido e são treze milhões de euros de uma candidatura que já foi aprovada. Essa Candidatura tem uma componente para recuperar o Mosteiro de Rendufe. O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Rendufe e a Associação dos Amigos do Mosteiro de Rendufe (ACAMR) sabem que, na reunião realizada na manhã do passado dia treze de junho com o Dr. Paulo Oliveira e com o Dr. Miguel, foi dito à Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Rendufe e à ACAMR, que aquilo que será objeto de recuperação nesta primeira intervenção é a cobertura da antiga casa, espaço onde se encontravam, e da igreja. Também lhes foi dito que este valor poderia andar em setecentos mil euros. Este não é um valor participado pela Câmara Municipal, porquanto é uma candidatura da Direção Regional da Cultura do Norte. O que sabem é isto e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia é testemunha que o Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal pediu que lhe fizessem chegar um Caderno de Encargos quando o tivesse. Foi pronta a resposta dizendo que quando tiver o Caderno de Encargos tê-lo-á para todos os Mosteiros na distribuição dos treze milhões de euros e é um trabalho técnico que ainda estão a fazer. Por parte da Câmara Municipal ficam contentes que se possam gastar setecentos mil euros a recuperar os tetos, as infiltrações e a



casa paroquial que está no estado que todos conhecem. Lembrou que é um Mosteiro que demorou quatrocentos anos a afazer e que está há trezentos anos em queda. Ninguém ligou nada a Rendufe em trezentos anos. Nos últimos quatro anos comprou-se a Ala, estancou-se, cobriu-se o telhado, comprou-se o terreno adjacente e vedou-se. São quatro anos para trezentos anos de inoperância. Sabe que Rendufe quereria mais, mas acha que se está atento a Rendufe. Aproveitou para dizer que no dia treze de junho não esteve na Procissão de Santo António, porque esteve reunido com o Arquitecto Souto Moura durante a tarde com a Direção Regional da Cultura do Norte, com a Sra. Presidente da Junta de Freguesia, com o Sr. Pároco de Bouro (Stª Maria), a tratar de uma candidatura para a cobertura da igreja de Santa Maria de Bouro, que é também uma matéria que os preocupa e que merece a atenção da Câmara Municipal. É sabido que o Arquitecto Souto Moura tem uma agenda que marca os seus espaços com alguma dificuldade e, portanto, se ele marcar uma reunião ao domingo durante a Missa prontamente se disponibiliza para o efeito, mesmo faltando a qualquer procissão, para poder estar nessa reunião a trabalhar pelo concelho de Amares. Continuando, e na qualidade de Vereador do Desporto, deixou uma nota de satisfação pela intervenção do membro, Francisco Alves, e corroborar muito bem tudo aquilo que havia dito e convidá-lo para no dia seguinte poder acompanhar desde o início o torneio inter-freguesias, no qual decorrerão em simultâneo três jogos com os miúdos do Concelho inteiro a trabalhar exatamente nesta prática sadia do desporto. Tendo integrado a Comissão de Festas de Santo António, disse que assistiu a todas as marchas e, por acaso, não se apercebeu, honestamente, de nenhum agradecimento especial à Câmara Municipal por qualquer marcha. Mas se houve alguma marcha que o fez foi grata, porque o membro Francisco Alves fez aqui um elogio à Comissão de Festas, à Junta de Freguesia e esqueceu-se da Câmara Municipal que custeia e que paga as Festas do Concelho, integrando a Comissão de Festas. É a Câmara Municipal que paga e financia e se uma marcha agradeceu à Câmara, se calhar, foi uma marcha simpática e teve um gesto, se calhar, agradável. Fica grato e procurará saber qual foi. -----

----- **FRANCISCO ANTÓNIO PEREIRA ALVES:**- Sob autorização da Mesa da Assembleia Municipal, alegando o direito ao esclarecimento, disse que na referida afirmação a marcha omitiu a Comissão de Festas, pois apenas disse Junta de Freguesia e Câmara Municipal. Não é preciso ouvir para ser verdade. Evidentemente que dependem de uma Comissão de Festas que delibera aquilo que deve atribuir a cada marcha. Como essa atribuição é da responsabilidade da Comissão de Festas é a ela que têm que agradecer. Se tiverem que a agradecer à Câmara, então terão que agradecer em todas as situações que acontecem no Concelho, inclusivamente no desporto. O que disseram foi à Comissão de Festas e, como tal, estava implícita a Câmara Municipal. Quem disse à Junta de Freguesia e à Própria Câmara Municipal e omitiu a Comissão de Festas, também cometeu o seu erro e foi a mesma pessoa. -----

## ORDEM DO DIA

**PONTO UM:- MOÇÃO: PELA REPOSIÇÃO DAS FREGUESIAS;** -----

MOÇÃO: “O processo de agregação/extinção de centenas de freguesias, concretizado com a Lei n.º 11-A/2013, inseriu-se num objetivo mais amplo de liquidação do poder local democrático, conquista do 25 de Abril, consagrada na Constituição da República Portuguesa. A pretexto do memorando de entendimento com a troika e da redução da despesa do estado a extinção/agregação das freguesias – à semelhança do que sucedeu com outros serviços públicos – inseriu-se num processo mais amplo de reconfiguração do Estado, redução do número de trabalhadores, concentração e centralização de serviços. Tal medida significou a eliminação de milhares de eleitos autárquicos, maior afastamento entre eleitos e eleitores, maiores dificuldades na resposta aos problemas e anseios das populações, desvirtuamento do papel e função das freguesias na organização do poder local, entre outras perdas. Ao contrário do que muitas vezes foi repetido, a reforma administrativa territorial autárquica não trouxe poupança ao estado, resultando mesmo em muitas situações em encargos acrescidos para as freguesias. A reforma administrativa imposta pelo Governo, sem consideração da opinião das freguesias e das populações, em nada resolveu – antes agravou – os principais problemas com que se confrontaram as freguesias. Uma verdadeira reforma administrativa só pode ser concretizada com a real participação e envolvimento dos eleitos locais e das populações. Assim, a Assembleia Municipal de Amares, reunida a dezassete de junho de dois mil e dezasseis, delibera: 1- Reafirmar a exigência de reposição das freguesias extintas contra a vontade das populações e dos respetivos órgãos autárquicos; 2- Apelar à intervenção dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República no sentido de tomarem as medidas legislativas necessárias à reposição de freguesias e que todo o processo esteja concluído de forma a assegurar as eleições no ato eleitoral de dois mil e dezassete.” -----

----- **ANTÓNIO JORGE FERREIRA PINTO:-** Em relação à moção pela reposição das Freguesias, disse que o Movimento Independente Amares Primeiro esteve a refletir acerca deste assunto e considera que a agregação de Freguesias, como a agregação de escolas e como a agregação dos tribunais, criou opiniões diversas antes e depois da agregação. Ainda hoje ouve alguns Presidentes de Junta de Freguesia que são favor e outros que são contra. Portanto, é um assunto que os divide e ponto final. Não estão todos de acordo em relação a esta matéria. Há agregações que são bem vistas e há agregações que dizem que deveria ser de outra forma. Estão, assim, perante um assunto fraturante. É uma questão nacional e que de resto está inscrita no programa do Governo. Em setembro estará em discussão a agregação de escolas e a revisão do mapa judiciário e também a revisão da agregação das Freguesias. Não é um assunto de somenos e merece uma análise muito grande em relação a este assunto. Em relação a este ponto, entendem que esta moção só toma uma posição que é a desagregação e o voltar ao antes. Não lhes parece ser correto e salientou que se trata de uma Moção que só toma um caminho e que a mesma entrou na Câmara Municipal de Vila Verde e nas diferentes Câmaras. Isto é um pronto a vestir de formato único do PCP, que considera meramente ideológico. Assim, o MIAP iria ter dois sentidos

de voto. Deram liberdade de voto aos srs. Presidentes de Junta e os membros do Grupo Municipal votarão contra esta Moção. -----

----- **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE AMARES E FIGUEIREDO:-** Salientou que no começo deste processo manifestou-se várias vezes contra ele, porque foi um processo que começou de cima para baixo sem ouvir as bases, sem ver o território e só para agradar a uma Troika ou a Troika serviu de justificação para algo. Foi contra este processo, porque deveriam debatê-lo e discuti-lo primeiro aqui. Assim, considerando a presente proposta parece-lhe que estão na mesma situação. É o voltar tudo ao antes e não sabe o que é que irão ganhar e o que é que vão perder. Quanto às anexações e fazendo parte de uma Junta de Freguesia que anexou duas Freguesias, não sabe se foi bom ou se foi mau. Foi há tanto pouco tempo e acha que as próprias populações ainda não sabem isso. Julga que o Governo na campanha eleitoral prometeu tratar deste assunto e hoje deve estar arrependido, porque vai-se meter um novo vespeiro. Acha que o assunto é muito sério para ser tratado desta forma, pois no princípio foi de régua e esquadro e, agora, propõe-se voltar tudo ao antes. Porque não concorda e não concordou antes e nem concorda hoje com esta posição, disse que iria abster-se. -----

----- **VOTAÇÃO DO PONTO UM:- ATRAVÉS DE VOTAÇÃO EM FORMA DE BRAÇO NO AR, FOI DELIBERADO, POR MAIORIA, COM OITO VOTOS CONTRA, VINTE E TRES ABSTENÇÕES E TRÊS VOTOS A FAVOR, REJEITAR A MOÇÃO: PELA REPOSIÇÃO DAS FREGUESIAS.** -----

**PONTO DOIS:- PROPOSTA DE CONTRAÇÃO DE FINANCIAMENTO BANCÁRIO – EMPRÉSTIMO DE UM MILHÃO DE EUROS (Deliberação da C.M. de 2016/05/09);** -----

----- **VÍTOR PATRÍCIO RODRIGUES RIBEIRO:-** Em primeiro lugar consideram que os mandatos são para quatro anos e não apenas para três. Portanto, qualquer Executivo deve ter margem para investir em qualquer momento desse mandato. É, por isso, legítimo e disseram-no desde o primeiro ano, embora consideram que peca apenas por ser tardio. Qualquer investimento deve ser criterioso e cirúrgico. Devem investir o pouco que ainda lhes resta no muito que falta por fazer. Ainda relacionado com este empréstimo, salientam a sua expressão territorial: 30% para Dornelas e Vilela, 24% para Carrazedo, 18% para Lago, 11% para Caires, 11% para Barreiros e 6% para Caldelas. Apreciam que nesta fase o Executivo tem direcionado algum investimento para Freguesias que habitualmente vão sendo marginalizadas quando, de facto, nesta fase do Mandato qualquer Executivo teria outra tentação. Esperam que tenham acima de tudo acautelado margem suficiente para fazer face a eventuais candidaturas. Esperam, certamente, que o tenham feito para eventuais candidaturas comunitárias sem as colocar em risco, porque isso seria de facto desastroso para este Concelho e para o desenvolvimento do mesmo. Ainda assim é importante perceberem os três anos que passaram a poupar e que foram elogiando e criticando, sempre que é necessário balançar e balancear, com algum investimento e que ainda querem apresentar algum saldo positivo. De facto investimento não é sinónimo de obra. Toda a obra, essa sim, contribuiu para melhoria da qualidade de vida das pessoas e dos cidadãos. Hoje, de facto, o investimento é aquilo que verdadeiramente precisam. Nesta fase,

qualquer cêntimo que a Câmara ou autarquia, seja esta ou outra, coloque ao serviço do Concelho, deve naturalmente esperar que tenha retorno a curto prazo desse mesmo cêntimo que vai investindo. Ainda sobre este empréstimo verificam que a única Estrada Municipal contemplada, EM 538, tem sido alvo de sistemáticas promessas eleitorais ao longo das últimas décadas. Na verdade, é aquela que ainda assim absorve menor parte da verba afetada, porque, provavelmente, ainda se continua a olhar como sendo uma via em decadência, que vai perdendo tráfego e isto é verdade. Porém, não significa que não seja estruturante. Era bom que, no futuro, se começasse a olhar para ela como sendo estruturante, nomeadamente para promover e dinamizar uma rota de vinhos verdes, promover e dinamizar a própria Geira. Mas, fundamentalmente, poder dinamizar toda a ala sul do Concelho para aproveitar a margem ribeirinha do Cávado tal como se faz no outro lado e muito bem. Por último, referiu ser importante salientar que ao fim de alguns anos a Rua de Passos, que é estruturante para a Freguesia de Barreiros, desta vez irá ser intervencionada. A sua questão é se o Sr. Presidente da Câmara tem este dossiê concluído com os próprios moradores, isto é, havendo verba, se há condições para começar a finalizar esta obra? Existe alguma candidatura efetuada para a requalificação da EM 538? Faz parte de um plano global? -----

----- **ELISABETE MARIA MARTINS DE MACEDO:**- Agradeceu a disponibilidade da Junta de Freguesia de Rendufe em acolher esta Assembleia Municipal no magnífico Mosteiro de Rendufe. Como era do conhecimento de todos, quer a nível nacional, quer a nível local, estão a atravessar um período em que não é fácil existir financiamento para que sejam efetuados investimentos. Mas apesar deste panorama, quer o país em geral, quer o concelho de Amares em particular, não podem parar. Não dispondo o Município Amarense de recursos próprios, é necessário encontrar alternativas para que não se caia no marasmo. Assim, apesar da contratação de um financiamento bancário não ser o desejável, dada a sua característica hipotecária, este deverá ser entendido como um mal necessário para que possam ser postos em prática alguns investimentos que se consideram relevantes e que irão melhorar as condições de vida dos amarenses. Assim, o sentido de voto do Grupo Municipal do Partido Social Democrata seria favorável.-----

----- **JOÃO LUÍS VELOSO ALVES ESTEVES:**- Considerando a designada Proposta de Contração de Financiamento Bancário – Empréstimo de um milhão de euros, o Movimento Independente Amares Primeiro apresentava a sua declaração de voto. Antes de mais, reconhecem a realidade do Município de Amares no que concerne à incapacidade de gerar verbas próprias motivo, pelo qual, o MIAP não coloca em causa a medida em si. Tanto mais que esta é uma prática atual a que é necessário recorrer para poder gerar investimento no Município com as características que tem Amares. Contudo, não, podem deixar de ter em conta aquilo que foi um passado recente do atual Executivo que, aquando as anteriores eleições autárquicas, teve como bandeira de campanha o combate à gestão anterior no que respeita ao financiamento bancário, dizendo que esse seria um modelo de gestão que não adotaria. Por outro lado, o Movimento Independente, sem querer colocar a utilidade das obras objeto do referido financiamento para as Freguesias em causa, entende que os critérios que foram escolhidos para a seleção das mesmas

devem também ser melhor explicados e enquadrados no contexto da sua prioridade para o Concelho. Por último, entendem que o fim a que se destina o respetivo financiamento não gera investimento estruturante e limita bastante a capacidade do Município de endividamento caso surjam oportunidades relativas a financiamentos comunitários até final do mandato, colocando, assim, em causa investimentos que eventualmente possam projetar Amares no desenvolvimento e no futuro. Deste modo, atendendo aos argumentos supra referidos o Movimento Independente Amares Primeiro irá abster-se quanto a este ponto, sendo que os Presidentes de Junta também têm liberdade de voto. -----

----- **JOÃO CARLOS TAVEIRA RIBEIRO:-** Isto de pedir empréstimos é um ato recorrente em muitas autarquias e é um ato que acaba por significar um pouco um cutelo de dois gumes. Se por um lado estão a pedir empréstimo, é para poderem investir e é isto que vai acabar por acontecer com certeza e por outro lado, estão a retirar depois capacidade, como já fora dito aqui, para um futuro próximo. Sobre este aspeto o Sr. Presidente da Câmara Municipal referiu sempre que fora uma das grandes bandeiras e um grande cavalo de batalha diminuir o endividamento da Autarquia, mas regozija-se por, agora e de qualquer das formas, também ter de voltar atrás nesse seu cavalo de batalha, porque acaba por solicitar este empréstimo de um milhão que, no fundo, é destinado à melhoria de alguns eixos viários do Concelho que estão situados em algumas Freguesias. Mas, com certeza que há outros eixos de outras Freguesias que também poderiam ser considerados. Daí que gostaria de saber se, no futuro, outras Freguesias vão ser também contempladas com obras de melhoramento e com novos caminhos. -----

----- **SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:-** Tendo gostado da intervenção do membro Vítor Patrício, referiu que o pedido de empréstimo surge na altura possível, pois recebeu um Município com a capacidade de endividamento esgotada. Em dois mil e quinze teve de arrumar a casa em termos financeiros e não é por acaso que nesse ano tenha sido o segundo município do distrito com melhor eficiência financeira. Nesse ano tiveram a capacidade de endividamento de um milhão e meio de euros que podem ir buscar e, por isso, para dar resposta ao PPI que foi construído no início do mandato com os srs. Presidentes de Junta de Freguesia. Estas obras que estão aqui referenciadas estão inscritas em PPI e, por isso, não as inventou. É para dar resposta sobretudo àquelas obras de maior volume económico e o grande objetivo do Executivo é conseguirem dar resposta a todas as obras propostas. Não sabem se vão conseguir. O objetivo deste empréstimo é sobretudo para as obras de maior investimento. O problema da Estrada de Barreiros, que é de facto estruturante, não está contemplada, porque está previsto atravessar todo o saneamento a construir lá. Está a terminar o prazo de apresentação da candidatura para saneamento e espera que seja aprovada, pois depende de aprovação. Garante nesta Assembleia que, quando tiver o saneamento feito, aquela obra é para fazer, porque é estruturante como é a de Carrzedo, a de Vilela e outras que estão em mau estado. Por isso, vão dando um passo pequeno de cada vez e é com pequenas coisas que constroem grandes obras. -----

----- **VOTAÇÃO DO PONTO DOIS:- ATRAVÉS DE VOTAÇÃO EM FORMA DE BRAÇO NO AR, FOI DELIBERADO, POR MAIORIA, COM 10 ABSTENÇÕES, AUTORIZAR A CONTRAÇÃO DE**

**FINANCIAMENTO BANCÁRIO – EMPRÉSTIMO DE UM MILHÃO DE EUROS (Deliberação da C.M. de 2016/05/09).** ~~~~~

**PONTO TRÊS:- PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, AO ABRIGO DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 116.º E SEQUINTE DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NO ÂMBITO DO REGIME JURÍDICO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS (Deliberação da C.M. de 2016/05/09); -**

~~~~~ **ANTÓNIO JORGE FERREIRA PINTO:-** Em relação a este ponto disse ter algumas dúvidas, pois pensa que a CIM-Cávado é que será a entidade competente para a questão do serviço público de transportes. Assim, pretendia perceber exatamente o que é que estava em causa, ou seja, o que é que a Câmara Municipal vai fazer ou delegar? Pensa ser importante a prestação de alguns esclarecimentos acerca deste assunto. ~~~~~

~~~~~ **SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:-** Como é sabido o regime jurídico passou para as Comunidades Intermunicipais a competência da gestão dos transportes públicos. Braga e Barcelos assumiram a gestão própria. Assim, a par dos restantes Concelhos, Amares delega na CIM-Cávado por falta de capacidade humana para acompanhar as carreiras públicas do concelho de Amares. ~~~~~

**VOTAÇÃO DO PONTO TRÊS:- ATRAVÉS DE VOTAÇÃO EM FORMA DE BRAÇO NO AR, FOI DELIBERADO, POR MAIORIA, COM UMA ABSTENÇÃO, AUTORIZAR A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, AO ABRIGO DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 116.º E SEQUINTE DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NO ÂMBITO DO REGIME JURÍDICO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS (Deliberação da C.M. de 2016/05/09).** ~~~~~

**PONTO QUATRO:- PROPOSTA DE APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS E DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE AMARES (Deliberação da C.M. de 2016/05/23);** ~~~~~

~~~~~ **SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:-** Antes de dar início à discussão deste e do ponto seguinte da Ordem do Dia, teceu algumas considerações para contextualizar o assunto em apreço até porque o Regulamento dos Serviços de Abastecimento de Água, de Saneamento de Águas Residuais Urbanas e de Gestão de Resíduos Urbanos e o respetivo tarifário, estando ligados. São dois documentos extremamente importantes para o futuro do Concelho. O Regulamento atual, assim como o tarifário, estão em vigor desde o ano dois mil e nove e a necessidade da sua atualização decorre fundamentalmente de três razões: 1- A desadequação atual face a orientações da entidade reguladora do setor, a ERSAR; 2- a necessidade de aplicação dos critérios de justiça social; 3- pelo facto dos critérios de candidatura para o alargamento da rede de saneamento assim o exigirem. Destacou das principais alterações: a criação da tarifa social e da tarifa familiar destinada a famílias numerosas, as quais dão corpo a uma expressão política de responsabilidade social; A isenção do pagamento de ramais de abastecimento de água e saneamento até vinte

metros; a criação de uma tarifa fixa nos serviços de saneamento para utilizadores domésticos, ou seja, o cidadão comum; A diminuição do valor da tarifa variável aplicada aos utilizadores não domésticos dos setores da indústria e restauração e bebidas; O alargamento da tarifa variável para quatro escalões do serviço de saneamento e por último, a redução da tarifa fixa do serviço de abastecimento de água para os limites mínimos permitidos. Na análise das alterações que propõe é importante considerar alguns aspectos, nomeadamente a fatura final do município que contém sempre o valor conjunto de todos os serviços; a água, o saneamento e o lixo. E não há nenhum consumidor que tenha somente o serviço de saneamento. Portanto, nunca poderão analisar cada tarifa isoladamente, mas sim o valor total a pagar. Podiam verificar que se procurou um equilíbrio entre as tarifas que aumentam e as que diminuem. Na construção deste novo tarifário foram consideradas várias variáveis e antecipados os impactos na fatura final dos municípios. Prevê-se que um consumidor que não se enquadrando na tarifa social ou familiar e que tenha serviço de água, saneamento e lixo, verá a sua fatura aumentada em média entre sessenta cêntimos e um euros e sessenta cêntimos. Por outro lado, um consumidor que tenha serviço de água e lixo, verá o valor da sua fatura diminuir, uma vez que a tarifa fixa de água será diminuída. Nessa situação está a maior parte dos amarenses que infelizmente não têm saneamento. Já um consumidor de água, saneamento e lixo que se enquadre nas tarifas sociais ou familiares verá a sua fatura diminuir em média entre três euros e meio e quatro euros e meio. Considera que este novo regulamento e tarifário é mais um passo do trabalho estruturado que tem vindo a era desenvolvido nesta matéria. Com as alterações, visa-se acima de tudo dotar esses serviços municipais de uma nova dinâmica que satisfaça de uma forma mais eficiente e justa a exigência da população e, por outro lado, se crie condições para que seja possível melhorar os serviços prestados. Este é o trabalho que têm vindo a fazer com passos muito importantes já dados, nomeadamente com a desativação das ETAR's que já não funcionavam e serviam unicamente como centro de receção de águas residuais a céu aberto. A lavagem dos contentores de lixo que se realizou pela primeira vez desde sempre em dois mil e catorze. O alargamento do circuito de recolha de lixo; O aumento do número de contentores à superfície e semienterrados, cujo o investimento rondou cerca de trinta mil euros; a informatização do sistema de controlo dos níveis dos depósitos de água que deixou a de ser feito de forma manual pelos funcionários do Município; a ligação dos depósitos de captação de água no rio Cávado e a limpeza dos mesmos, que rondou um investimento de vinte mil euros. Tudo isto em prol da prestação de um serviço público melhor e de uma melhor qualidade de vida para o nosso Concelho. O grau de recuperação de custos, ou seja, em que medida a receita arrecadada cobre as despesas com os serviços? É um dos pontos que tem sido levantado na análise deste tarifário. Sobre esta matéria chamava a atenção que a recuperação de custo no serviço não se faz somente através do aumento das receitas cobradas, tal como tem vindo a ser reiterado por algumas vozes de discórdia, mas também através da redução da despesa conseguida pelas melhorias introduzidas no sistema. Se este órgão entender aprovar o documento em apreciação, haverá naturalmente um período transitório de informação aos municípios e de atualização dos dados. Este é um caminho para que

Amarenses possam evoluir no serviço de água e saneamento. Está certo que todos consideram que o saneamento e águas residuais é um assunto muito sério. Aliás, é mundialmente reconhecido como um direito de todo e qualquer cidadão e um dever daqueles que geram o interesse da comunidade. Em Amarenses, 60% a 70% da população não tem rede de saneamento de águas residuais. Esta é uma realidade que os entristece a todos, mas não deixa de, por isso, ser uma realidade que têm. Pretendem candidatar aos fundos comunitários o aumento da rede, mas esta possibilidade só se coloca com a adesão às Águas do Norte, S.A. O concelho de Amarenses tem hoje capacidade para tratar as águas residuais que os particulares enviam para a rede em baixa, pois com as ETAR's municipais seria impossível despejar mais um metro cúbico de esgoto, uma vez que todo o sistema de tratamento já teria ultrapassado em muito a sua capacidade. Discutiram muitas vezes em sede deste Órgão as preocupações das populações, nomeadamente Ferreiros que tinham de viver com os maus cheiros e problemas associados para a saúde. Puseram fim a esse problema em outubro de dois mil e quinze. Não admite afirmações de que a adesão às Águas do Norte foi uma decisão leviana e precipitada, sobretudo dos responsáveis políticos que nos últimos anos não fizeram absolutamente nada para tratar essa situação. Não prepararam uma alternativa a esta hipótese, se considerável que essa hipótese existia, pois quando cá chegaram só tinham este caminho a seguir. Questionou: Se o objetivo é colocar Amarenses na senda do desenvolvimento, como é que o fazem sem terem uma rede pública de saneamento eficiente? Será aceitável em pleno século XXI um Concelho que pertence a um país dito desenvolvido não poder dar resposta imediata a determinados tipos de indústrias que produzem muito esgoto? Será razoável colocar em causa a saúde humana permitindo que os rios continuem poluídos e que as nossas culturas sejam regadas com essas águas e que os peixes que delas são retirados sejam consumidos? Pois é esta a situação de Amarenses e é pela alteração desta realidade que têm vindo a lutar. Se querem promover o turismo e sobretudo o turismo de natureza, que rios querem colocar nos nossos cartazes? Os rios poluídos e cheios de bactérias resistentes? Será que preferem que a água que o Município vende aos Amarenses seja aquela que sai das suas fossas sépticas. Sabe que os Amarenses concordam consigo e que querem ver o seu Concelho deixar de ser um Ponto de referência pelas más razões: pelos seus rios poluídos, pela violação das normas ambientais. É este o caminho que querem seguir. -----

**VOTAÇÃO DO PONTO QUATRO:- ATRAVÉS DE VOTAÇÃO EM FORMA DE BRAÇO NO AR, FOI DELIBERADO, POR MAIORIA, COM CINCO ABSTENÇÕES, APROVAR A ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS E DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE AMARENSES, cujo original fica em depósito na Divisão de Obras Municipais, Ambiente e Saúde Pública (Deliberação da C.M. de 2016/05/23).** -----

**PONTO CINCO:- PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO TARIFÁRIO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE SANEAMENTO E DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE AMARENSES (Deliberação da C.M. de 2016/06/06);**-----



----- Não se registou qualquer formalização de pedido de intervenção.-----

**VOTAÇÃO DO PONTO CINCO:- ATRAVÉS DE VOTAÇÃO EM FORMA DE BRAÇO NO AR, FOI DELIBERADO, POR MAIORIA, COM NOVE ABSTENÇÕES, APROVAR A ALTERAÇÃO AO TARIFÁRIO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE SANEAMENTO E DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE AMARES (Deliberação da C.M. de 2016/06/06).**-----

**PONTO SEIS – PROPOSTA DE INSCRIÇÃO DE PROJETOS EM PPI (Deliberação da C.M. de 2016/05/23);**-----

----- **ANTÓNIO JORGE FERREIRA PINTO:-** Disse que não se tratava tanto de se estar a favor ou contra. Receberam uma informação técnica quando chegaram e era muito bom que todas estas questões fossem contempladas por Fundos Comunitários e daí a necessidade de as inscrever, pensa. Quando lê este conjunto de assuntos pensa que é muito vago ficar-se só pela designação e a breve descrição. É evidente que se trata de uma breve descrição e designação, mas dá-lhe a impressão que nisto cabe alguma coisa. Assim, quando se refere um “eco-trilho” sabe o que é um eco-trilho, mas quando lhe dizem “outras cousas memórias e identidade do Minho”, provavelmente já tem dificuldades em perceber do que estão a falar. Também desconhece que o objetivo seja exatamente este. Parece-lhe estar-se a propor aqui uma coisa que, depois, no futuro, possa englobar dentro desta área um projeto concreto. Não está aqui em causa a sua inscrição em PPI, mas, provavelmente, ao dar aprovação está a dar aprovação a isto tudo. Se, de facto, Amares conseguisse Fundos Comunitários para isto tudo, não tem dúvidas que estariam daqui a dois anos ou três anos muito longe do ponto em que estão hoje. Pediu esclarecimentos, embora admitindo que, eventualmente, tal não possa ser possível. -----

----- **SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:-** Esclareceu tratar-se de um conjunto de propostas que estão elencadas e que vão tentar candidatar, pois, como é sabido, o Quadro Comunitário vai até dois mil e vinte. Quanto a “outras cousas memórias e identidade do Minho”, esclareceu tratar-se de uma candidatura conjunta entre Amares, Terras de Bouro, Vieira do Minho e Póvoa de Lanhoso. Tem a ver com gastronomia e atos culturais no valor de meio milhão de euros. Pretende-se fazer dois festivais por ano nos quatro Concelhos. Todas as outras ações são um elenco de propostas com enfoque no Monte de S. Pedro Fins, no Alvito e nos Romeiros de S. Bento. É um conjunto de propostas que pretendem candidatar. Está certo que todos gostariam de as ver aprovadas e, tal como foi dito, Amares crescerá muito. -----

**VOTAÇÃO DO PONTO SEIS:- ATRAVÉS DE VOTAÇÃO EM FORMA DE BRAÇO NO AR, FOI DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, AUTORIZAR A INSCRIÇÃO DE PROJETOS EM PPI, DENOMINADOS: “VALORIZAÇÃO CULTURAL E TURÍSTICA DOS CAMINHOS DE S. BENTO DA PORTA ABERTA”, “OUTRAS COUSAS MEMÓRIAS E IDENTIDADE DO MINHO”, “ARTES E SABERES D’AMARES”, “SABORES D’AMARES”, ECO-TRILHO RIBEIRINHO AO LONGO DO RIO NAVA-ABADIA”, “ECOVIA DO ALVITO”, “ITINERÁRIO CULTURAL E PAISAGÍSTICO «ENCOSTAS DE AMARES»”, “PARQUE NATURAL DE S. PEDRO FINES”, “ECOVIA DO CÁVADO E HOMEM – TROÇO PONTE DO PORTO/ILHA DE VILAR”, “AMARES MAIS PRÓXIMA – UNIDADE MÓVEL MULTISSERVIÇOS”, “ESTRATÉGIA INTERMUNICIPAL DE ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES**

CLIMÁTICAS”, “CAMPAÑA DE SENSIBILIZAÇÃO INTERMUNICIPAL PARA RECOLHA SELETIVA E COMPOSTAGEM DOMÉSTICA”, “REDE DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS”, E “PROMOÇÃO DAS TIC NA ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS” (Deliberação da C.M. de 2016/05/23). -----

PONTO SETE – PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL – QUINTA D’ORNELAS, REQUERIDO EM NOME DE ANDRESSO E CUNHA – ANIMAÇÃO TURÍSTICA, LDA – PROCº OP.CRT – 26/2016 (Deliberação da C.M. de 2016/05/23); -----

----- Não se registou qualquer formalização de pedido de intervenção.-----

VOTAÇÃO DO PONTO SETE:- ATRAVÉS DE VOTAÇÃO EM FORMA DE BRAÇO NO AR, FOI DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, O RECONHECIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL – QUINTA D’ORNELAS, REQUERIDO EM NOME DE ANDRESSO E CUNHA – ANIMAÇÃO TURÍSTICA, LDA – PROCº OP.CRT – 26/2016 (Deliberação da C.M. de 2016/05/23). -----

PONTO 8 – PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL REQ: JOSÉ FERREIRA DE ABREU – LOCAL: AV. DO RIO HOMEM, N.º 37 – FISCAL (Deliberação da C.M. de 2016/06/06); -----

----- Não se registou qualquer formalização de pedido de intervenção.-----

VOTAÇÃO DO PONTO OITO:- ATRAVÉS DE VOTAÇÃO EM FORMA DE BRAÇO NO AR, FOI DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, O RECONHECIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL – REQ: JOSÉ FERREIRA DE ABREU – LOCAL: AV. DO RIO HOMEM, N.º 37 – FISCAL (Deliberação da C.M. de 2016/06/06). -----

## PERÍODO DE INTERVENÇÕES DO PÚBLICO

----- **JOSÉ RODRIGUES ANTUNES:-** Residente na Rua da Bouça do Maio, 127, Freguesia de Rendufe, Concelho de Amares, agradeceu e nome da Associação dos Amigos do Mosteiro de Rendufe pelo facto de, pela segunda vez, esta Assembleia se deslocar ao Mosteiro que tanto os orgulha. É Património da República Portuguesa num estado que pensa ser hoje do conhecimento de todos. Têm a expectativa que a partir do dia dezoito de junho, até ao último fim de semana de setembro de dois mil e dezasseis, todos os fins de semana e numa ação concertada com a DRCN e a Câmara Municipal de Amares, que se repete em quatro anos consecutivos, o monumento esteja aberto para visitas guiadas. Segundo um Diretor da DRCN, o Município de Amares, conjuntamente com a Universidade do Minho e a própria DRCN, tem vindo a debater um programa funcional para este Mosteiro com vista a formular uma candidatura a Fundos Comunitários com vista à realização de uma intervenção no conjunto patrimonial. Gostava que o Sr. Presidente da Câmara informasse se esse grupo de trabalho tem trabalhado, tem reunido e se já chegaram a alguma conclusão. Salientou que a Associação Amigos do Mosteiro de Rendufe, que neste ato representa, também gosta de dar o seu contributo e têm procurado transmitir por

diferentes meios as suas ideias por mais simples que sejam. No entanto, aproveitava esta Assembleia para sugerir algumas possibilidades. Assim, aproveitando a boleia dos “Caminhos de Santiago”, e todos sabem que todos os caminhos vão dar a Roma, também pode dizer que todos os caminhos vão dar a Compostela. Indo à história, disse não ser difícil verificar que os Mosteiros eram um ponto de apoio aos peregrinos, quer na dormida e na comida, quer na higiene e tratamento da saúde. Certamente que este Mosteiro acolheu muitos peregrinos de Santiago e, portanto, como esses caminhos estão a ser alvo de uma possível candidatura a reconhecimento internacional pela UNESCO, bem poderia a DRCN juntamente com a Câmara Municipal e a Universidade do Minho estudarem esta possibilidade. Outra sugestão tem a ver com a nova via da Geira Romana. Salientou o Jornal de Notícias, num suplemento na edição do dia, o qual se referia a esta nova Via e a ligação de Bracara Augusta, aquilo que é hoje a Ponte do Bico, que seria na altura o “Vale do Bico” e, logo, o Mosteiro de Santo André de Rendufe. Podiam verificar que a caminho de Bico S. Vivente tinham uma calçada que lhes deixa um grande testemunho de uma estrada desenvolvida para a época. Poderiam aproveitar parte deste monumento para uma estalagem de apoio, quer aos peregrinos, quer àqueles que venham a participar no conhecimento desta nova via da Geira. Mas também deixava um repto ao Município de Amares, porque não pensar numas instalações definitivas e autónomas do Arquivo Municipal e o mesmo ficar em parte deste Monumento, já que dispõe de muito espaço e sem prejuízo da ideia que vem sendo defendida do salão do vinho verde ou do solar do vinho verde? Em relação à questão do turismo, recordou que já no ano anterior e na mesma tribuna dissera que se querem um Concelho voltado para o turismo têm que trabalhar para que as nossas igrejas estejam abertas aos visitantes. Existem paróquias, designadamente Rendufe, Bouro, Abadia (essa que, felizmente, mantém-se aberta) e outras igrejas que têm realmente condições para serem visitadas. Em Carracedo, onde, em capela contígua, se encontra o túmulo de Francisco Sá de Miranda, não se consegue efetuar qualquer visita por se encontrar encerrada. Existem outras com proprietários particulares que dispõem de grandes monumentos como é a Torre de Castro em Carracedo ou a Torre do Outeiro em Dornelas, para não falar da tristeza que lhes causa as Ruínas de Vasconcelos, em Ferreiros. Apela para que se veja realmente o Turismo como um potencial do Concelho e que não seja um Turismo onde somente as laranjas e vinho verde é que aparecem. Também têm a promessa da sinalética, sendo necessário o Município promover esse estudo para que os locais de interesse sejam devidamente sinalizados e os turistas e visitantes possam facilmente aqui chegar. Ainda sobre o Mosteiro, deixam para reflexão a limitação da passagem de viaturas que excedam as dez toneladas na estrada que liga as Neves a Vila Verde, pois passam por ali camiões carregados com grande tonelagem de madeira, de areias e pedra, e afetam seriamente ponta poente do edifício que acabou de sofrer a intervenção de estabilização das paredes e um novo telhado. E a propósito disso a ACAMR está profundamente agradecida por todas as intervenções que têm sido feitas naquele Mosteiro, embora reconheça que muito já se fez. Mas, olhando à volta, preocupa-os o muito que ainda há para fazer. Por último, convidou os presentes para virem àquela sala no dia oito de julho e poderem assistir a uma peça de teatro a “Mala de Cartão”, que irá ser levada a

palco pela Nova Comédia Bracarense. É uma iniciativa da ACAMR para trazer sempre, e cada vez mais, pessoas ao Mosteiro de Rendufe para que seja falado e para que os responsáveis pelo património português fiquem sensibilizados sobre o interesse que há no aproveitamento deste conjunto patrimonial. -----

----- Seguidamente, pelo excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia foi proposto que a ata da presente reunião fosse aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. A Assembleia deliberou, por unanimidade, a sua aprovação.-----

----- Sendo vinte e três horas e nove minutos e não havendo mais nada a tratar, o sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a presente reunião (única), da terceira sessão ordinária do corrente ano da Assembleia Municipal de Amares, da qual se lavrou a presente Ata, que tem com o suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, **João Januário Tomás Domingues Veloso de Barros**, que dirigiu os trabalhos, e por mim, **Rui Agostinho Gonçalves Veloso**, Técnico Superior do Mapa de Pessoal único deste Município, para tal efeito designado, que a redigi e dou fé de que tudo se passou como nela fica exarado. -----

---

Presidente da Assembleia Municipal  
(João Januário Tomás Domingues Veloso de Barros)

---

O Técnico Superior  
(Rui Agostinho Gonçalves Veloso)